

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO CAMPONES: O ASSENTAMENTO MOACIR WANDERLEI E A PLURIAATIVIDADE.

Camilo Feitosa Daniel

O DEBATE CONCEITUAL SOBRE O CAMPESINATO

O nome camponês é novo no cenário político da sociedade brasileira, o que não significa dizer que o camponês é inexistente enquanto classe social. No entanto, o campesinato era batizado por outros nomes, de acordo com a região do Brasil. No Nordeste, por exemplo, o camponês era denominado de “tabaréu”, em outras regiões do sudeste e centro-oeste era denominado de “caipira”, no litoral paulista era denominado de “caiçara”. Desse modo, sempre tivemos a presença desse sujeito social, mas nem sempre foi denominado de camponês. De todo modo, a entrada dessa palavra no cenário político do Brasil, também traz conotações políticas, basta para isso, perceber o surgimento das ligas camponesas nas décadas de 1940/50/60 (MARTINS,1983).

O campesinato é uma classe social com peculiaridades no que concerne ao mundo do trabalho. Entre outras coisas, tem acesso ao meio de produção da terra e por isso não tem como única opção de reprodução social a venda da força de trabalho para um capitalista. O seu meio de produção na maioria das vezes é a terra, podendo ser comunitária ou individual¹, e é utilizada para produzir seus alimentos e algum excedente para ser vendido ou trocado por outras mercadorias que complementem a sua alimentação, a produção agropecuária ou o lar.

Vários estudos sobre o campesinato foram realizados a fim de perceber o seu modo de produzir e reproduzir-se socialmente. Muitos desses pensamentos emergiram principalmente na Europa no advento do modo de produção capitalista, quando a economia e a sociedade passaram a apresentar transformações profundas, e essas, apresentaram consequências diretas aos camponeses, como no caso Inglês, com os “cercamentos”, que provocou uma proletarização dos camponeses que viram as suas

¹ No que concerne a propriedade da terra, há muitos exemplos de comunidades que tem as suas terras comunais, como por exemplo, os povos indígenas da América do Sul, da mesma forma que também há muitos exemplos de camponeses que tem sua pequena propriedade, como o caso dos colonos do sul do país.

terras expropriadas e não tiveram alternativa de sobreviver a não ser vender a sua força de trabalho nas fabricas, como é expressado por Karl Marx, em sua obra O capital:

O roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à industria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos (MARX, 2009, p. 847)

Mesmo com um vasto objeto de estudo sobre as classes sociais e o seu processo de reprodução social, os pensadores Karl Marx e Friedrich Engels não chegaram a defini-la conceitualmente nos seus escritos. Em várias obras os autores deixam algumas características, que de uma maneira geral, faz apresentar um panorama sobre essa conceituação. Nesse contexto, Marx discute algumas características sobre a formação do campesinato enquanto classe, que estão descritas na obra “O 18 brumário de Luís Bonaparte”:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contraponde-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe vinculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses de sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima (MARX, 2011, p. 142-143).

Marx fala de um momento conjuntural da realidade francesa onde o campesinato tinha fácil adesão ao projeto dos seus patrões, de modo que não lutava pelos seus interesses, mas ele também apresenta algumas pistas para pensar as classes sociais, especificamente o campesinato. Dessa forma, alguns elementos descritos por ele demonstram que a formação da classe não está relacionada apenas ao processo

produtivo, mas também a sua consciência e, conseqüentemente, a sua capacidade de articulação com os demais, de modo que se tenha também uma organização política de abrangência nacional.

Desde o século XIX o debate sobre o campo e os camponeses frente as transformações oriundas do desenvolvimento do capitalismo estava presente na política e na academia. No pensamento marxista e anarquista, em correntes populistas da Rússia, entre outras forças políticas pensavam sobre o papel do campesinato na sociedade capitalista, algumas como um agente social mantenedor do sistema ou como um agente transformador, revolucionário. Há de se registrar que nos fins do século XIX e no século XX há um crescimento exponencial dos movimentos que contestavam o capitalismo, como os movimentos comunistas, socialistas e anarquistas. Todas essas tendências pensavam numa superação para o sistema capitalista e, para os socialistas e comunistas, essa superação tinha que ser revolucionária. Desse modo, vale refletir que o operário fabril tinha o papel central de construir a revolução, pois como disse Marx: “A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inelutáveis” (MARX, 2011, p. 45). Nessa condição, o que caberia ao campesinato? Seria aliado dos operários ou dos burgueses?

Primeiramente é sabido que no pensamento marxista, haveria uma tendência sempre crescente de polarização das relações sociais de produção, que iria construir duas classes sociais antagônicas, como afirmara MARX na obra “manifesto do partido comunista”:

O que distingue nossa época - a época da burguesia - é ter simplificado a oposição de classes. Cada vez mais a sociedade inteira divide-se em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes sociais que se enfrentam diretamente: A burguesia e o proletariado (MARX, 2011, p. 24).

Em algumas obras, como por exemplo, “luta de classes na França 1848 a 1852” (MARX, [S.D]) ou “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 2011), Karl Marx relata a existência e o papel de outras classes sociais, como a pequena burguesia, o campesinato e o lumpesinato. Mas a tese central, defendida por ele, era que o desenvolvimento do capitalismo, necessariamente também iria desenvolver-se no campo. A agricultura capitalista e a necessidade de força de trabalho para as fabricas iriam retirar o camponês do campo, e como no caso inglês, esse seria operário.

Mas esse debate não se esgotou, e mais tarde, a escola marxista apresenta características específicas do desenvolvimento do capitalismo em outros países, e conseqüentemente, novas formas de reprodução social do campesinato. Na Alemanha, por exemplo, esse debate sobre o campo, o campesinato e o desenvolvimento do capitalismo é muito bem descrito por Karl Kautsky na obra “*A questão agrária*”:

É o modo de produção capitalista que domina a sociedade atual. É a oposição existente entre a classe dos capitalistas e o proletariado assalariado que move o nosso século e lhe confere a expansão característica. Mas o modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente da sociedade atual; ao lado deste podem ser encontrados ainda os remanescentes, até hoje conservados de outros modos de produção pré-capitalistas (...) Classes que em parte constituem produtos de formas pré-capitalistas de sociedade, em parte são produzidos pela própria necessidade do capitalismo, ou pelo menos se desenvolvem a sombra do mesmo. (...) Com a mesma energia que as outras classes se empenhavam em obter a sua emancipação, o camponês intervinha em favor daqueles que o explorava. (...) Assim, esperava que o desenvolvimento econômico no campo lhe preparasse o caminho, como o fizera na cidade; que a luta entre o pequeno estabelecimento agrícola e o grande terminasse com a derrocada do primeiro. Sempre que ela (a social democracia) se aventura ao campo, encontra pela frente a mesma força misteriosa que tantas surpresas já causara aos partidos democráticos revolucionários anteriores. Ela (Partido Social Democrata) descobre então que o pequeno estabelecimento agrícola, de modo algum se encontra em fase de rápido desaparecimento, que os grandes estabelecimentos agrícolas só ganham terreno lentamente, quando, aqui e acolá, não chegam mesmo a perder terreno. A teoria econômica na qual a social democracia se baseia, parece revelar-se falsa assim que procura aplicá-la ao campo (KAUTSKY, 1983, p. 13-14).

A partir do que foi descrito pelo economista alemão Karl Kautsky, poderemos elencar algumas questões. A primeira é que o campesinato não tem uma clara identificação com o operariado e com a democracia, e em outros fragmentos da sua obra, Kautsky fala dos resquícios do “patriarcalismo e do trono”, que transformam os camponeses em subservientes do projeto político dos grandes estabelecimentos, parecido, diga-se de passagem, com o que é alertado por Marx em ser um “saco de batatas”, só que nesse caso, pela ausência de uma organização política dos camponeses que articulasse os camponeses aos operários das cidades.

A segunda consideração, e a que para o nosso trabalho é importante, é perceber que a tendência de expulsão/saída dos camponeses do campo pelo desenvolvimento do capitalismo não se concretizou. Kautsky afirma que a tendência do pequeno estabelecimento desaparecer não se concretizou, desse modo, o pensador também

coloca em xeque a teoria econômica (marxismo) que a social democracia se baseava no fim do século XIX, que indicava uma probabilidade de desaparecimento do campesinato à partir do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Outra colocação de Kautsky é a afirmação que o modo de produção capitalista também cria condições não capitalistas de produção, como o campesinato, que se baseia unicamente por um trabalho familiar não assalariado em uma pequena propriedade que pertence a família ou, em alguns casos, à comunidade. Desse modo, percebe-se que não há uma relação mecanicista entre o desenvolvimento do capitalismo e a expropriação do campesinato. Onde podemos registrar na história muitos casos de vitórias dos camponeses diante de intensos conflitos com grandes proprietários que buscavam anexar em suas propriedades às pequenas, dos camponeses.

No contexto da Rússia do fim do Século XIX e início do XX, a economia e a sociedade estava num processo de transformações por conta da recente industrialização que o país via nascer. Esse processo também começava a modificar a vida dos camponeses. Uma das características dessa mudança é identificado por Lenin no quesito mundo do trabalho. Se anteriormente os camponeses trabalhavam para as grandes propriedades em troca de terras para produzir o seu alimento, Lênin demonstra que havia uma “decadência do sistema de pagamento em trabalho”. Segundo Lênin:

O grosso da mão-de-obra é recrutado pelo sistema de pagamento em trabalho, mas, nessas propriedades, é indubitável que o sistema capitalista predomina e converte os ‘camponeses das vizinhanças’ em operários agrícolas (semelhantes aos diaristas contratados alemães, que também possuem um pedaço de terra e só se empregam uma parte do ano). Ademais, as más colheitas dos anos 90, provocando uma enorme redução no número de cavalos dos camponeses e aumentando a quantidade de estabelecimentos sem cavalos, acelerou a substituição do sistema de pagamento em trabalho pelo sistema capitalista (...) o capitalismo deve substituir o sistema de pagamento de trabalho com tanto mais vigor quanto mais se acentua o declínio da economia natural e do campesinato médio (...) o desenvolvimento do trabalho assalariado puramente capitalista solapa as bases do sistema de pagamento em trabalho (LÊNIN, 1988, p. 133 a 135).

Percebe-se que se inaugura nesse período histórico um novo conjunto de relações sociais na Rússia. Essas novas relações sociais envolvem o mundo do trabalho

e o transforma. Desse modo, o camponês passa, não mais a trocar a sua mão de obra por terra ou produtos, mas, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo, mas por um salário.

Tanto no contexto da Rússia quanto da Alemanha, no início do século XX, que os dois principais pensadores marxistas da época, Lenin e Kautsky, discorrem sobre a temática da questão agrária, porque isso era necessário para um projeto político dos respectivos partidos, que conduziram a revolução socialista nesses países. Nessa Compreensão, os pensadores partem do pressuposto que há uma tendência a dualidade da sociedade entre duas classes sociais opostas: Burgueses e proletários.

Dessa forma, percebe-se a partir da leitura dos teóricos clássicos do marxismo do século XIX e XX a análise que o desenvolvimento das forças produtivas no campo, faria com que o campesinato tivesse uma tendência a desaparecer, pois numa economia polarizada entre a contradição capital X trabalho, o camponês rapidamente seria incorporado, ou aos grandes proprietários, ou aos proletários (rurais ou urbanos). Lenin percebe que o “proletariado rural não é tão apegado a terra quanto o camponês médio” e talvez isso possa demonstrar que o proletariado rural, também pode se transformar em proletariado urbano.

Com tantas peculiaridades, o campesinato também apresenta historicamente, principalmente no Brasil, uma resistência à expansão do capitalismo no campo. Essa resistência significa para o campesinato lutar para ter a posse da terra, do mar, dos mangles, das florestas, etc, para que possa produzir o seu alimento “com as próprias mãos”, organizando dessa forma, um modo de produção que aparentemente, não estaria submetido a organização do trabalho capitalista.

Outro tema central para o debate entre os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário é a compreensão que se tem sobre o mundo do trabalho dos sujeitos do campo. Nessa questão, um conceito se torna fundamental para perceber a diferença dessas concepções: Pluriatividade.

O paradigma do capitalismo agrário percebe na pluriatividade um fenômeno para demonstrar que o campesinato não consegue sobreviver somente com o trabalho agrícola. Ao contrário, o pensamento da questão agrária percebe que o modo de produção capitalista é desigual e combinado, e justamente por isso, os camponeses

conseguem a sua reprodução também dentro do modo de produção capitalista. No contexto da questão agrária, o capital tem necessidade de mão de obra barata e precária nas cidades. Por conta desses fatores o campesinato acompanha o desenvolvimento econômico, seguindo para trabalhar na indústria da construção civil, ou fazer “bicos” nas cidades, de modo que é “desterritorializado” da sua terra, pois não retira a sua renda das atividades agrícolas.

Do mesmo modo, o campesinato que sai das suas terras para conseguir trabalho fora, também o faz, para enviar recursos financeiros para a sua propriedade rural. Esse fenômeno pode ser identificado na Europa Feudal, considerado por Marx como a “Indústria doméstica rural”; ou até mesmo na Alemanha do Século XX, onde “os trabalhadores sazonais voltam regularmente para casa e aplicam o dinheiro ganho fora em sua propriedade agrícola” (KAUTSKY, 1983, P.172).

Numa relação dialética, onde há um processo de unidade dos contrários, percebe-se que o campesinato segue o desenvolvimento do capitalismo para conquistar uma renda, para que dessa forma, consiga levar recursos para a sua propriedade, como é muito bem destacado pelo pensador alemão Karl Kautsky na citação acima. Desse modo, o mesmo camponês que é desterritorializado pelo avanço do capitalismo, também se beneficia e faz investimentos na sua pequena propriedade a partir de recursos financeiros do trabalho realizado fora da propriedade.

Da mesma forma, também há intencionalidades das correntes na vida social e política, tentando provocar interpretações que estejam atentadas ao projeto de desenvolvimento que a sua corrente de pensamento é filiada. Como é relatado por Neves (2007), pensar a existência de uma agricultura familiar é pensar um “enquadramento institucional, cujas designações agricultura e agricultura familiar são parte dos jogos sociais em causa”. É nesse caso que percebemos na década de 1990 a substituição do PROCERA (programa de crédito especial para a Reforma Agrária) pelo PRONAF (programa Nacional de apoio a agricultura familiar), do mesmo modo que também percebemos uma absorção do termo “agricultor familiar” até pelo sindicalismo rural, que criou a FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar). É nessa situação que parte do sindicalismo rural no Brasil passou “a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada ‘reconversão e reestruturação produtiva’ dos agricultores familiares” (SCHNEIDER, 2004. p.2)

O que há de central no debate entre as concepções do capitalismo agrário e da questão agrária é a forma como essas correntes do pensamento social pensam o desenvolvimento rural. O paradigma do capitalismo agrário, por ser “conseqüências de inter-relações entre a ciência e a sociedade, não questiona o sistema de relações sociais existentes (...) é utilizado para legitimar a ordem social existente. Ao contrário, o pensamento social alternativo tende a transformá-la” (SEVILLA, 2013, p.16).

Por outro lado, o paradigma da questão agrária, que utilizarei nesse estudo, acredita que os conflitos sociais não são empecilhos para o desenvolvimento do campo brasileiro. O autor Fernandes, fala também de uma conflitualidade, como algo que está presente no campo brasileiro e que garante o desenvolvimento rural, pois, passa a existir assentamentos no campo e esses iniciam a produção de alimentos, que antes com o latifúndio improdutivo não havia (FERNANDES, 2004. p.5).

A questão que se coloca é que o campesinato não é, tão somente, esse ser isolado das cidades e dos trabalhos não agrícolas. Optamos por uma compreensão mais ampla do camponês e do campo, de modo que essa interpretação oferece elementos que faz ampliar a noção do sujeito social presente no campo, segundo a apresentação da coleção “história social do campesinato”:

O que entendemos por campesinato? São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. (...) Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar(...) A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais

especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (GODOI org., 2009, p. 9 a 17).

Essa compreensão se torna muito mais abrangente e traz uma nova caracterização do camponês, dos povos tradicionais, extrativistas, quilombolas e até dos camponeses integrados a indústria no sul do país. No entanto, uma novidade nessa compreensão está na inclusão dos pequenos agricultores especializados nesse amplo conceito de campesinato, do mesmo modo que também está incluído nele os “poliprodutores” dos novos projetos de Reforma Agrária.

Então dessa forma, indicamos não uma projeção ao desaparecimento do campesinato. Do mesmo modo que também percebemos na pluriatividade um fator determinante para que o camponês consiga reproduzir-se.

Essas questões nos leva a pensar que o campesinato apresenta peculiaridades e consegue coexistir no capitalismo, do mesmo modo que a sua bravura também o leva lutar por terra e por territorialização. Portanto, estamos diante de uma classe social que também é ator social e também faz história.

O papel da conflitualidade na transformação do mundo do trabalho dos camponeses

A transformação do mundo do trabalho dos camponeses está intrinsecamente relacionada à conflitualidade. Sem a luta pela terra, esses camponeses não encontrariam mecanismos para continuar reproduzindo a sua condição camponesa. Como foi destacado, muitos camponeses já não conseguiam mais ter trabalho nas propriedades rurais e, por isso, muitos começavam a realizar atividades produtivas fora do âmbito da agricultura.

Em muitos casos, a emoção no discurso dos assentados faz refletir a importância da luta pela terra na vida deles. O relato da instabilidade de não ter onde dormir por muito tempo, ou até da falta de alimentos em sua mesa demonstra significativamente a importância de ter ocupado a Fazenda Quissamã, de ter enfrentado a reação do Estado e de ter conquistado a propriedade, para realizar as suas atividades agropecuárias.

Pensando nisso, utilizamos o conceito de conflitualidade de FRENANDES. Que segundo ele, não inicia no momento da ocupação de terra, mas no “trabalho de base”

para formar a ocupação. E, segundo Fernandes, não há uma dicotomia entre conflito e desenvolvimento territorial, a conflitualidade faz parte do desenvolvimento territorial.

No período da ocupação da Fazenda Quissamã, os trabalhadores já começaram a produzir na fazenda abandonada, e, segundo relatos, a situação que era de fome foi vencida com a produção realizada após a ocupação. Nesse caso, percebemos claramente, que o conflito proporcionou aos trabalhadores rurais a solução de um problema que se arrastava durante anos.

Com a conflitualidade, representada pela ocupação da Fazenda Quissamã houve uma significativa melhora da qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem terra, como é demonstrado no decorrer das entrevistas.

No acampamento, no período que os acampados foram despejados, ficou proibido o uso da área do assentamento. Isso fez com que os acampados passassem por algumas dificuldades financeiras. Nesse sentido, a solidariedade era muito presente e ajudou na consolidação do acampamento. Os acampados falam em doações de alimentos realizadas pelos Sindicatos e partidos de esquerda. Além dessas doações, os acampados também se ajudavam. Os pescadores e marisqueiros nessa época estavam indo constantemente à maré e o que pescavam dividiam com toda a comunidade.

Depois de um período, os assentados conseguiram negociar com o INCRA e a EMBRAPA o uso da área para atividades agrícolas, e depois disso os trabalhadores vivenciaram novas relações com o trabalho e com a terra. Essas mudanças elevaram o nível de vida das famílias, como é relatado nas entrevistas realizadas, e só foi possível por conta o conflito.

Nesse caso, chega-se a conclusão que o conflito modificou as relações do mundo do trabalho dos camponeses, melhorando suas condições de vida e gerando desenvolvimento territorial, pois, os assentados passaram a produzir alimentos, que serviam para a alimentação da sua família e a venda do excedente, algo que não acontecia quando a propriedade não cumpria sua função social, pois foi declarada como improdutiva.

Do período que houve negociação entre o INCRA e a EMBRAPA para os acampados poder plantar na área da Fazenda, os acampados se organizavam o seu trabalho num misto de coletividade e individualidade. Coletivamente os acampados

decidiam onde plantar e a área destinada para tal, e individualmente os acampados decidiam o que plantar e o que fazer com parte da produção. Havia alguns produtos produzidos de forma coletiva e outros produzidos de forma individual, sendo que os que eram produzidos coletivamente, eram decididos em assembleia e produzidos em mutirão.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A vida camponesa antes do assentamento: Relações não capitalistas de produção e saída do campo;

As relações capitalistas de produção no campo são novidade nas relações sociais de produção, no caso específico dos trabalhadores do assentamento Moacir Wanderlei, podemos registrar que em apenas alguns casos os fazendeiros pagavam salários ou diárias para os camponeses sem terra, mas o que predominava era a relação de troca, onde o fazendeiro cedia uma parte da fazenda em troca dos serviços, não existindo assim pagamento em dinheiro do trabalho realizado.

Essa relação social de produção é possível porque, segundo Jacob Gorender, o capital era escasso, mas terra tinha de sobra. Por conta disso havia concessões de terra para os camponeses. A relação social de produção não era baseada na venda e compra da força de trabalho, mas em ceder parte do trabalho ou da produção para os fazendeiros em troca do pedaço de terra para o plantio ou para a criação (GORENDER, 2004).

Essas relações de produção também estavam presente no mundo do trabalho dos camponeses do assentamento Moacir Wanderlei. No entanto, alguns trabalhadores também recebiam salários, ou diárias pelas atividades realizadas nas Fazendas. Mas esse pagamento era abaixo ao equivalente do mercado. O trabalho realizado era instável, pois este só era recrutado em época produtiva e depois, o camponês e a sua família poderiam ser desalojados da propriedade.

Houve varias formas de reprodução social do campesinato no período anterior ao da posse da terra, como por exemplo, o trabalho alugado realizado em propriedades rurais. No entanto, esses camponeses sempre buscavam algo que lhe garantisse o alimento, nesse caso vale ressaltar que entre os assentados também havia os pescadores e marisqueiros.

Além de viver de fazenda em fazenda procurando trabalho, seja de vaqueiro ou de meeiro, outro traço da situação camponesa sem terra está na fala do entrevistado 4:

A partir dos 10 anos comecei a trabalhar na agricultura, sempre alugado e diarista [...] ai moremos no estado da Bahia, eu tinha 12 anos. Trabalhei no sitio do ex-prefeito de salgado. A produção da lavoura dele era dividida. Nós plantava fumo, maracujá. Ele dava a moradia e a gente dividia a produção. Meu pai não tinha mais as terras, só uma tarefa (entrevistado 4).

Esse relato demonstra como o campesinato fazia para conseguir a sua reprodução social, realizando atividades agrícolas nas grandes propriedades, em troca de um pedaço de terra para produzir, temporariamente, os seus alimentos. Buscando melhores condições de vida, o campesinato também tinha que sair do campo para as cidades, em busca de trabalho para poder manter a sua família, como é demonstrado nas entrevistas do entrevistado 5.

Eu morava em Rita cacete. Trabalhava pra fazendeiro e fazia muito sitio pros fazendeiros; pai não tinha mais terra. Quando meus avós morreram eles brigaram e venderam todas as terras, ai a gente ficou trabalhando pros outros alugado até um tempo que teve que sair de casa e procurar trabalho fora. Ai depois de 20 anos trabalhando alugado, arrumei uma firma e depois fui pra são Paulo, passei 12 anos lá. Trabalhei de ajudante, vigilante, porteiro. Casei em são Paulo e trouxe a família pra voltar pra Rita cacete (entrevistado 5).

Em alguns casos, os camponeses tiveram que sair do campo para cidade, pois no campo já não havia trabalho, ou que havia, não garantia as condições de reprodução social do campesinato. No caso específico das mulheres, uma solução encontrada era ser trabalhadora domestica nas casas de família dos Fazendeiros nas cidades. Como exemplo, apresentamos um fragmento da entrevista:

Sempre o nosso trabalho foi alugado, nós nunca tivemos terra. Eu fui trabalhar com uns oito anos de idade na casa do próprio patrão de meu pai (...) pra ajudar meu pai a manter minha família (...) comecei fazendo uns trabalhinhos de copeira e depois fui tomar de conta de um garoto, ai passei bem uns 6 anos, até ele ficar grandinho (...) o dono da fazenda era de lá, mas tinha casa ai em Aracaju (Entrevistado 9).

Uma característica comum aos assentados que participaram da luta pela terra do Assentamento Moacir Wanderlei é que no período anterior ao da ocupação esses camponeses realizavam atividades agrícolas, não tinham posse de terra e ou não recebiam salário ou o salário era muito abaixo do mínimo necessário para a sobrevivência. Sendo assim, a maioria das famílias viveu trocando sua força de trabalho por um pedaço de chão, pra produzir seus alimentos num determinado período e depois

eram desalojados. Outras ainda eram diaristas, mas recebiam valores irrisórios, que mal dava para comprar seus mantimentos.

Outro fator que deve ser exposto no presente trabalho é a super exploração da mão de obra familiar pelo fazendeiro. Muitas vezes os proprietários só aceitavam na sua propriedade quem tinha esposa e filhos. Para as mulheres, havia os serviços da sede da fazenda e, em períodos de colheita e plantio, elas também estavam trabalhando na roça, do mesmo modo que as crianças, que tinham que seguir o pai ou a mãe nas suas atividades. Mas quando havia pagamento, após a colheita, só havia pagamento para uma pessoa, que era o pai da família, sendo que todos haviam trabalhado.

Da posse da terra ao trabalho coletivo

De trabalhadores rurais sem terra, os camponeses passaram a ser proprietários. Passaram a organizar coletivamente a sua produção e o seu trabalho, a organização social da comunidade e a comercialização da produção. As características que haviam nos camponeses no período anterior a ocupação era de trabalho familiar em grandes propriedades, sem local fixo para morar e produzir.

O trabalho coletivo surge no assentamento, num momento em que o MST pensava nacionalmente numa reforma agrária de caráter socialista, que coletivizasse os meios de produção e o trabalho. Como o assentamento era organizado pelo Movimento, logo os seus militantes iniciaram um processo de conscientização para que os assentados viessem aderir ao projeto coletivo.

Fazendo a crítica ao modelo de reforma agrária clássica desenvolvida na Europa como uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo, pois forneceria matéria prima e alimentos para o novo ciclo industrial da economia², o MST pensava numa reforma agrária de caráter socialista, e nesse sentido, o trabalho coletivo era fundamental para a construção de novas relações sociais no campo.

Uma reforma agrária tem que abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura. E por isso ela adquire um caráter anticapitalista. Não é só a propriedade da terra que está em questão, mas está em questão a propriedade de vários meios de produção (...) então, por essas características que eu citei rapidamente,

de como está o capitalismo na agricultura brasileira, é que eu acho que uma reforma agrária capitalista no Brasil, necessariamente, vai ser socialista (Stédile, 1994. P.318).

Por conta dessa perspectiva do MST, houve uma reunião entre o INCRA, o movimento e os assentados, para adotar o trabalho coletivo, num objetivo de transformar o assentamento num modelo. Os assentados que não aderiram ao projeto o INCRA os remanejou para outro assentamento que estava se formando.

Houve uma intensa modificação no mundo do trabalho desses camponeses, pois passaram a organizar em assembleias e reuniões de grupo as atividades desenvolvidas durante a semana, da mesma forma que também pensavam dessa maneira a comercialização dos produtos e a segurança do assentamento.

Muito lindo nosso trabalho coletivo. Nós entramos com o objetivo de ser individual, mas como aqui era perto de Aracaju, o que foi que o movimento e o INCRA fez? Aconselhou nós pra trabalhar no sistema coletivo, aquele sistema coletivo que eu não conhecia, que muitos trabalhadores rurais não conheciam. E nós aceitamos (...) nós trabalhamos muitos anos, um trabalho bonito, lucrativo e produtivo. A fazenda ficou maravilhosa. Tudo o que nós tinha era coletivo (...) Nós tinha 3 grupos, 37 famílias, com filho mulher, e se tornava muita gente. Dividimos em três grupos. Hoje a gente ia pra uma área e amanhã ia pra outra. Esse era um trabalho que a gente produzia muito. Fazia o mutirão e ia produzindo (entrevistado 2).

Diante dos relatos, o assentamento tinha setores, que organizavam as pessoas por meio da produção que cada uma iria desempenhar. Os trabalhadores também tinham a Associação, que gerenciava o recurso dos projetos e ajudava na organização do trabalho. Os Assentados organizavam a produção, o trabalho e a venda.

No começo inventaram ai esse negócio de setores dentro do assentamento (...) Fizemo daquele alto até o outro de roça, plantamos tudo, e ali era o que ia começar o coletivo. Por ai se foi, vencemos o plantio. Muita gente veio olhar e ai começamos o coletivo. Primeiramente veio um curso de duzentas pessoas, e esse curso também ajudava no coletivo. Produzia feijão, mandioca, do outro lado era só feijão e milho e nessas baixas todas era arroz (entrevistado 8).

Poucos anos após a experiência do trabalho coletivo, alguns problemas começaram a ser latentes, inviabilizando o processo do trabalho coletivo que vinha sendo vivenciado pelos trabalhadores rurais. Muitos fatores convergiram para o fim dessa rica experiência, de modo que deixaremos as expressões dos assentados relatar esse difícil momento na história do assentamento e dos assentados:

Aqui era a maior produção da área rural de socorro e de todos os assentamentos. Conseguimos produzir aqui uns 17.000 frangos por ano, eu acho que o coletivo não veio dando certo por falta de cooperação da companheirada. Passou a ser uma empresa e entrava muito dinheiro, mas a gente não achava que era empresa, a gente nem imaginava nosso trabalho (entrevistado 7).

Dentre vários problemas relatados pelos assentados, poderemos resumir em seis pontos as causas que fizeram com que o trabalho coletivo viesse a ter fim: Administração dos bens da associação; financiamento que não foram corretamente aplicados; distribuição da renda obtida entre os assentados; falta de equipamentos que refrigerasse alguns produtos, como as hortaliças; dificuldade para a comercialização da produção; assistência técnica especializada.

Percebe-se que o trabalho coletivo ainda hoje está presente na memória dos assentados. Em todas as reuniões que vai ser discutido algum projeto para o assentamento, logo vem a pergunta: Vai ser coletivo? E várias são as reações, mas toda a comunidade, de antemão, já se posiciona, contra ou a favor da ideia. Em todas as rodas de conversa, há os que gostaram muito dessa forma de organização do trabalho e não abrem mão; e os que não querem nem saber de mutirão (quicá o coletivo), por desconfiança, decepção ou individualismo.

Partimos do pressuposto que a reforma agrária é uma necessidade dos camponeses. Durante a história podemos perceber focos de luta pela terra em todo o Brasil, e nesse quesito, percebemos esses conflitos como a expressão dessa necessidade pela terra. No entanto, a reforma agrária não é só distribuir terras para os camponeses pobres. A ideia de reforma agrária também pressupõe que os camponeses terão direito a saúde e a educação, da mesma forma que o Estado deve participar efetivamente da consolidação do assentamento, garantindo assistência técnica e fomentando a criação de agroindústrias para valorizar o produto, da mesma forma que é fundamental pensar para a reforma agrária uma política especial de comercialização, para livrar os camponeses de vender seus produtos para atravessadores que o compra por preços bem abaixo do mercado.

A individualização da produção, do trabalho e da comercialização.

Com o fim do trabalho coletivo, os assentados modificam mais uma vez a sua relação com o trabalho, com a produção e com a comercialização dos produtos. Dessa vez, os trabalhadores começam a organizar a sua produção individualmente. Nos

primeiros anos após o coletivo, como é relatado em algumas entrevistas, os assentados até conseguiam produzir em grande quantidade, pois tiveram acesso a uma linha de crédito, mas por conta da dívida da associação, que era uma dívida da época do trabalho coletivo, todos os assentados acumularam dívidas em seus nomes que nunca foram pagas.

Quando acabou o coletivo teve a divisão de tudo o que tinha e depois dos lotes. Até quando a gente pegou projeto tava tudo numa boa, sem dificuldades de produzir, só que depois, por causa dessa dívida aí, não pegamos mais projeto, aí é que foi ficando ruim de produzi, porque sem dinheiro você só consegue produzir para sua família mesmo, aí não sobra o de vender. Nós tamo hoje numa situação que a gente nem entra mais no banco (entrevistado 8).

O endividamento retira as condições reais do assentamento avançar na produção e os assentados ter uma vida digna no campo. Até mesmo os filhos de assentado não podem ter acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF jovem, porque para acessar esse crédito é preciso ter um avalista, que nesse caso é obrigatoriamente quem tem posse das terras, que está endividado e, conseqüentemente, não pode ser avalista. Esse fator, inclusive, é um grande obstáculo para a juventude permanecer no campo.

Além dos problemas relacionados as dívidas rurais, com o fim do trabalho coletivo, o assentamento também vendeu o maquinário (tratores, colheitadeira, bomba d'água) com objetivo de investir em tanques de peixe e pagar a dívida. Desse modo, os assentados ficam, muitas vezes, sem trator para plantar.

Numa situação adversa, em que o campesinato não consegue acessar crédito para fomentar a atividade agropecuária, cabe aos camponeses procurar atividades fora da sua terra, pois, o campo não consegue, dessa forma, garantir renda para as famílias assentadas.

Hoje no assentamento Moacir Wanderlei, ao menos uma pessoa da família está fora das atividades rurais para conseguir renda fora e sustentar com o básico a família. Em alguns casos as mulheres e as filhas vão trabalhar como diaristas nas casas de família de Aracaju ou como comerciárias; os mais jovens entram na indústria da construção civil ou trabalham de diaristas em outras propriedades rurais; os homens, chefe da família,

Por outro lado, o campesinato vem conseguindo, através dessa renda que é adquirida fora da sua terra, reproduzir a condição camponesa. É com o dinheiro do salário, do bico e das diárias que o campones poupa para realizar investimentos na sua terra, construindo uma relação dialética, pois, o que poderia colocar o campesinato na condição de “proletário”, expulsando-o do campo, acaba criando mecanismos para que o camponês reproduza a sua condição de classe.

Desse modo percebe-se que a ausência de crédito impulsiona o campesinato para atividades fora da sua terra. No entanto, o trabalho desempenhado pelos camponeses fora das suas terras é precário. Percebe-se claramente que a maioria dos assentados, ou membros da família, não tem carteira assinada e trabalham sem nenhuma seguridade social.

No entanto, também há alguns trabalhadores que estão com carteira assinada, e esses recebem o valor de um salário mínimo, mas vale ressaltar, que esses não tem estabilidade alguma. Em vários casos, principalmente nos trabalhadores da construção civil, quando acaba uma obra eles ficam desempregados.

Como já foi demonstrado, o assentamento Moacir Wanderlei fica na região metropolitana, há 15 km² do centro comercial de Aracaju. Muitos assentados trabalham o dia em Aracaju e voltam para dormir no Quissamã, tendo a terra mais como residência do que como unidade de produção.

Por outro lado, no Brasil, a taxa de desemprego vem caindo de forma avassaladora nos últimos dez anos. Em 2002, por exemplo, a taxa de desemprego era de pouco mais de 12%; já em 2013 a taxa de desemprego atinge 4,3%, sendo que, nas últimas pesquisas realizadas, metade da população brasileira atingiu o nível de carteira assinada, saindo assim da informalidade.

O capitalismo se desenvolve de maneira desigual e combinada, e dessa forma vai apresentando contradições. De um lado cresce as riquezas e de outro cresce a pobreza. Nesse caso, o desenvolvimento do capitalismo, cria a necessidade de trabalho precário, e esse tipo de trabalho é o que “sobra” para os assentados do quissamã, de modo que o custo da reprodução social do assentado é mais baixo, pois ele tem moradia e boa parte dos alimentos é extraído das relações com a terra. Dessa forma, os assentados se submetem ao trabalho precário.

Considerações finais

O que se percebe é uma resistência do campesinato para não sair da terra, e manter a sua condição camponesa, pois, durante toda a sua história de vida, os camponeses até procuravam nas cidades algum emprego, por conta da ausência de trabalho no campo, mas nas primeiras oportunidades que tinha pra voltar, o camponês voltava e mantinha o seu sonho de ter a própria terra.

Dessa forma, de acordo com o que foi exposto acima, concluímos que embora os camponeses do assentamento Moacir Wanderlei reproduzam-se socialmente em atividades fora de suas terras, não significa que a Reforma Agrária seja inviável. Percebemos que este fenômeno ocorre por conta do desenvolvimento do capitalismo e da sua necessidade de mão de obra barata e, por outro lado, por conta da ausência do Estado e das suas políticas públicas que possibilitem o acesso ao crédito para fomentar o processo produtivo e a comercialização.

A partir do relato dos assentados que foram entrevistados, somada as leituras feitas durante essa pesquisa, foi possível perceber que mesmo partindo de um contexto de sociedade capitalista, que privilegia a posse e o uso da terra de forma privativa e que cria dificuldades para o trabalhador do campo produzir de forma autônoma, percebe-se que existe uma resistência do campesinato para não sair da terra, e manter a sua condição camponesa, pois, verificou-se, a partir da história de vida desses camponeses, que eles até procuravam nas cidades algum emprego, por conta das dificuldades de produzir suas condições de existência no campo (tecnologias, créditos), mas que na primeira oportunidade que tinha pra voltar, o camponês voltava e mantinha o seu sonho de ter a própria terra e viver nela.

Mais que discutir a história de um assentamento, a missão sociológica desse trabalho consiste em demonstrar como se deu as transformações no mundo do trabalho dos assentados do ‘Quissamã’, apresentando as conexões dessas transformações com a ‘conflitualidade’, os movimentos sociais do campo e o momento histórico que o Brasil e Sergipe vivenciava nos anos 1980/90.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Dados pessoais – nome, sexo e idade
- 2- Qual é a sua história de vida? De onde seus pais são, onde você nasceu? O que fazia quando criança?
 - 2.1- Você e sua família sempre realizaram atividades rurais?
 - 2.2- Nas atividades rurais desempenhada, qual a forma de remuneração?
- 3 – Você e sua família tinham posse de terras?
- 4 – Quando você chegou à Fazenda Quissamã, qual era a situação da sua vida?
- 5- Durante a ocupação, qual a forma utilizada para produzir seus alimentos?
- 6- Após a desapropriação da Fazenda houve um processo de trabalho coletivo, como iniciou esse projeto?
 - 6.1- Como vocês trabalhavam na época?
 - 6.2- Como organizava a produção, o trabalho e a venda dos alimentos produzidos?
 - 6.3- Porque decidiram acabar com o trabalho coletivo?
- 7- Quando houve a divisão das terras da Fazenda, o que você produziu? Como organizou a produção? Como comercializou a produção?
- 8- Você acha que o endividamento dos assentados é um problema para produzir? E as políticas governamentais?
- 9- Como você realiza as atividades da sua terra nos dias atuais?
- 10- Você ganha dinheiro fora da sua terra?
- 11- O que você pensa da reforma agrária, do assentamento e da luta pela terra?
- 12- O que você pensa que foi transformado em sua vida e na vida da sua família após o assentamento?

ENTREVISTAS NÃO PUBLICADAS

ADELMO. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 26/01/2014.

CELSO. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 29/01/2014.

EVERALDO. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 28/01/2014.

GENIVALDO. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 26/01/2014.

GIVALDO. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 28/01/2014.

JAIRO. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 28/01/2014.

JOCIVAL. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 27/01/2014.

JOSÉ. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 27/01/2014.

LUIS. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 27/01/2014.

MARIA. Assentada. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 29/01/2014.

VALDIR. Assentado. Entrevista concedida a Camilo Feitosa Daniel em 27/01/2014.

REFERÊNCIAS

SITES PESQUISADOS

<<http://www.sudene.gov.br/sudene>> Acesso em 20 de novembro de 2013

<<http://www.bb.com.br/portallbb/page251,8623,10818,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=336>> Acesso em 17 de Janeiro de 2013.

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/05/110510_codigo_florestal_qa_mdb.shtml> Acesso em 19 de Nov. de 2013

<<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/484-indice-de-gini-o-brasil-desconcentrando-terras>> Acesso em 17 de Janeiro de 2013.

FONTES

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. Proposta Simplificada de Criação de Projetos: P.A. Moacir Wanderley. Aracaju, 1992.

_____. *Laudo de Vistoria e Avaliação: Imóvel Quissamã/Nossa Senhora do Socorro*. Aracaju, 1992.

_____. *Diagnóstico da área do projeto de Assentamento Moacir Wanderley*. Aracaju, 1993.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

DE MOLINA, Manuel González. SEVILA GUSMAN, Eduardo. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**; tradução literal Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 2.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2013.

GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). **Diversidade do campesinato: Expressões e Categorias**. (Estratégias de reprodução social). São Paulo, UNESP. 2009. v.2.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: A Questão agrária na década 90 / João Pedro Stédile (org). 4.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p.15-44

- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
- LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 3.ed. São Paulo: Nova cultural, 1988. v.2.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985/2005**. In: VI Simpósio Observa o nordeste: Movimentos e conflitos sociais, Recife, 2007. Disponível em < www.scientiaplena.org.br > Acesso em 18 de novembro de 2013.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p.185
- MACHADO, A.M.B; CASALINHO, Helvio debli; **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**; in Revista NERA- ano 13, nº 17- Julho/dezembro de 2010.
- MARX, Karl; CASSAL, Sueli Barros (trad.). **Manifesto do partido comunista: (1848)**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011. 131 p.
- MARX, KARL. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 174 p.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V.2.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo. Expressão Popular, 2001.
- NEVES, D. P. **Agricultura familiar: Quantos ancoradouros!** In: Geografia Agrária Teoria e Poder/ Bernardo Mançano Fernandes, Marta Medeiros Marques, Júlio César Suzuki (orgs.). 1. Ed. São Paulo: expressão popular, 2007. p. 211-271.
- OLIVEIRA, Maria Helena de. **‘Nóis’ e o coletivo: Assentamento Quissamã (Década de 90)**. 2000. 86f. Monografia (licenciatura em História)- Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade federal de Sergipe. Documento Sergipano.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O campo brasileiro no final dos anos 80**. In: A Questão agrária na década 90 / João Pedro Stédile (org). 4.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 45-67.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação econômica do Brasil contemporâneo: Colonia**. Ed.São Paulo: Brasiliense, 2004. 390 p.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato Brasileiro: Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.
- SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**._In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1996. 175 p.

SOBRAL, Maria Neide. **História oral da vida camponesa**: Assentamentos de reforma agrária em Sergipe (da prática social à prática da alfabetização). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju, SE: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. 206 p.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária e o socialismo**. In: A Questão agrária na década 90 / João Pedro Stédile (org). 4.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p.306-322.